

JORNAL



SinproRio

Sindicato dos Professores do Município
do Rio de Janeiro e Região

Professora

RIO DE JANEIRO | DEZEMBRO DE 2019 | ANO 60, NÚMERO 243 | WWW.SINPRO-RIO.ORG.BR

FILIADO À CUT, CONTEE E FETEERJ

A LUTA CONTINUA!

FOTOS: AMÉRICO VERMELHO



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

**O QUE O GOVERNO
TIROU DO SEU FUTURO**

P. 4, 5 E 6

SEGURANÇA NAS ESCOLAS

P. 3

SINPRO-RIO NA BIENAL DO LIVRO

P. 7

O PROGRAMA VERDE E AMARELO

P. 8

JURÍDICO EM AÇÃO

P. 10

A LUTA CONTINUA!

Somos um Sindicato de professores, que tem no conhecimento e na cultura seus instrumentos de luta, de trabalho e de prática. Portanto, o Sindicato, enquanto representação do coletivo, é instrumentalizado para uma leitura do mundo e do país, na convicção de que é preciso usar esses instrumentos na luta a favor da educação, na construção da cidadania e na manutenção do Estado de Direito.

Diante dos recentes acontecimentos da política brasileira, o Sinpro-Rio não pode se isentar sobre o significado do “Lula livre” ocorrido no dia 08 de novembro deste ano.

Uma onda conservadora vinha tomando espaço no mundo e aqui, no Brasil, se manifestou, de forma mais explícita, com o golpe que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República e com a manipulação jurídica que colocou Lula, o principal líder da América Latina e do Brasil, na prisão para afastá-lo do pleito eleitoral de 2018.

Toda essa situação permitiu a implantação de um modelo de política econômica ligado fortemente aos interesses do mercado, além de medidas comportamentais ligadas ao atraso, a exemplo do tratamento que vem sendo dado à educação e à cultura em nosso país.

O lado positivo disso é que, em escala mundial, observa-se uma simultaneidade de manifestações, em realidades bem diversas, que aponta para uma saturação de natureza mais abrangente do que aquela que aparece nas reivindicações locais.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a desordem instaurada pela opção na política econômica neoliberal está esgotando a tolerância dos cidadãos. Já se notam movimentos de revolta contra a prioridade concedida aos mercados por meio da transferência de renda a qualquer preço aos acionistas, de privatizações e investimentos especulativos.

Além disso, o estreitamento da liberdade dos Estados e indivíduos para garantir o desenvolvimento de desejos e potencialidades desconsidera o patri-

mônio público, como se não houvesse o amanhã.

Há, também, indícios de que o jogo pode mudar, visto que a manipulação midiática e toda a repressão causada por esta opção já não são suficientes para impedir o grito de indignação que vem ocorrendo em vários pontos do planeta.

No caso da região da América Latina, são exemplos típicos dessa reação o resultado das eleições na Argentina e as manifestações populares no Chile.

No Brasil, defendemos que as forças de oposição devem aproveitar o momento para a construção de uma frente ampla que garanta o Estado de Direito diante das investidas contra as políticas públicas e os projetos de inclusão social.

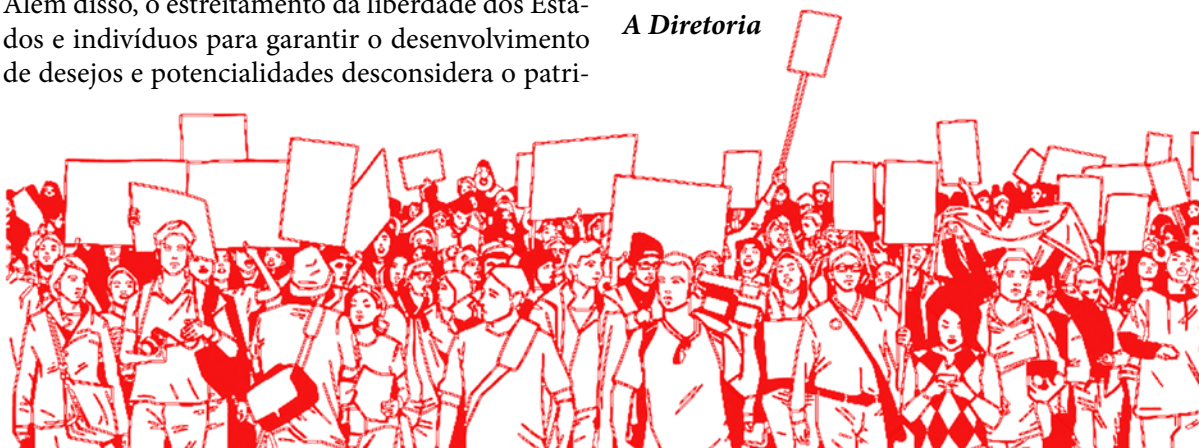
Ainda no que toca ao Brasil, entendemos que as organizações sindicais, que funcionam como ponto de resistência e regulação de direitos e conquistas dos trabalhadores, não podem se dobrar à concepção neoliberal que tenta destruí-las, a exemplo da PEC 161/2019.

Há uma compreensão de que o rumo em direção ao Estado Mínimo reduz a atenção ao social e promove a intensificação das desigualdades. É preciso lutar contra esse desmonte.

E neste papel, os sindicatos são um instrumento de resistência e leitura do mundo. Entendemos que não basta a relação entre Sindicato e categoria, por meio de interesses corporativos. Nossa ação tem que se estender desde a luta a favor dos trabalhadores até o incêndio da floresta e o óleo no mar, passando pelo combate às investidas comportamentais atrasadas, e contra o silêncio em relação às manifestações políticas de nossos vizinhos na América Latina.

A luta continua!

A Diretoria



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Oswaldo Luís Cordeiro Teles
1º Vice-presidente
Afonso Celso Teixeira
2º Vice-presidente
João Jorge de Araújo Armênio

1ª Secretária Geral
Marcelo Pereira
2ª Secretária Geral
Arnaldo Borba Jr.

1ª Secretária de Finanças
Antonio Rodrigues

2ª Secretária de Finanças
Leila dos Santos Azevedo

1ª Secretária Jurídica
Elson Simões de Paiva

2ª Secretária Jurídica
Fábio Conde

1ª Secretária de Educação e Cultura
Yara Pereira

2ª Secretária de Educação e Cultura
Marta Cerqueira

1ª Secretária de Comunicação Sindical
Mário Franco Xavier Vieira

2ª Secretária de Comunicação Sindical
Izabel Cristina Costa

1ª Secretária de Relações Políticas e Sindicais
Hélio Maia

2ª Secretária de Relações Políticas e Sindicais
Fátima R. da Silva

Bruno Müller
Ireni Felizardo
Ivano Costa Souza
Jayram Uchôa

Regional Centro / Tijuca

Deysê Coutinho
Leonardo Fortes
Paulo Leal
Luan Araújo
Luciano Zarur

Regional Central / Norte

André Luiz de Azevedo
Eliza Barbosa
Izabela Mendes
Luiz Henrique Bandeira
Orlando Falsett

Regional Leopoldina / Ilha

Aurino Costa
Marcelo Sant'Anna
Newvone Ferreira
Vera Lúcia Neri
Sheila Melo

CONSELHO FISCAL

Titulares
João Paulo Câmara
Mário Maturó
Gustavo Cornelio

Suplentes

Wellington Freitas
Ricardo Carvalho
Ana Lúcia Guimarães

DELEGADOS(AS) SINDICAIS

Adalgiza Burity da Silva
Anniely Damiano Nascimento
Arthur Luiz S. Martins
Camila de Melo Domingos
Carlos Alberto Absalão
Heloisa Helena A. Tavares
Laio Lopes
Luís Augusto B. de Leão
Luiz Edmundo V. de Aguiar
Marco Túlio Paolino
Marcos Antônio R. da Costa
Maria Eduarda Quiroga
Maria José da C. Lourenço
Marina Job V. Do Espírito Santo
Solange José Dias
Valdeci Borges
Valéria de Albuquerque
Vania Bretas
Wladimir Ceveira de Alencar

DIRETORIA REGIONAL

Regional Sul

Antonio César Pereira
Clarissa Lima
Neide Hanan
Ricardo Lourenço (Pardal)
Vanusa Maria de Melo

Regional Oeste / Base Estendida

Andrea Teodoro
Dilson Ribeiro
Fábio Linhares
Valéria Lobo
Gerson Seabra

Regional Barra / Jacarepaguá

André Jorge Marinho

Expediente

O Jornal do Professor é uma publicação do Sinpro-Rio. Distribuição Gratuita. É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Jornalista Responsável: Washington Luiz de Araújo (MTB 15.388/SP)

Jornalista: Alessandra Novaes (MTB 22.321/RJ)

Fotos: Américo Vermelho

Diagramação: Fernanda Precioso (MTB 27.663/RJ)

Secretaria: 3262-3405 e 3262-3407 | secretaria@sinpro-rio.org.br

Jurídico: 3262-3420 e 3262-3429/30 | juridico@sinpro-rio.org.br

Plantão de Diretores: 3262-3410 e 3262-3412 | plantao@sinpro-rio.org.br

Tesouraria: 3262-3449 e 3262-3450 | tesouraria@sinpro-rio.org.br

Comunicação: 3262-3464 e 3262-3465 | comunicacao@sinpro-rio.org.br

Escola do Professor: 3262-3439 e 3262-3440 | escola@sinpro-rio.org.br

Sede Centro

Rua Pedro Lessa, 35 – 2º, 3º, 5º e 6º andares – Centro – CEP: 20030-030 | Tel: (21) 3262-3400
sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

Subsede Campo Grande

Rua Manai, 180, Campo Grande – CEP: 23052-220
Tel.: (21) 2415-4686 / 3402-1768
campogrande@sinpro-rio.org.br

www.sinpro-rio.org.br

facebook.com/sinprorio1931

(IN)SEGURANÇA NAS ESCOLAS QUE FALTA FAZ SENTIR A DOR DO OUTRO?

“NÓS SOMOS RESPONSÁVEIS PELO OUTRO, ESTANDO ATENTO A ISTO OU NÃO, DESEJANDO OU NÃO, TORCENDO POSITIVAMENTE OU INDO CONTRA, PELA SIMPLES RAZÃO DE QUE, EM NOSSO MUNDO GLOBALIZADO, TUDO O QUE FAZEMOS (OU DEIXAMOS DE FAZER) TEM IMPACTO NA VIDA DE TODO MUNDO E TUDO O QUE AS PESSOAS FAZEM (OU SE PRIVAM DE FAZER) ACABA AFETANDO NOSSAS VIDAS.”

(Zygmunt Bauman, em Modernidade Líquida)

A quem serve o dissenso? A intolerância? A exploração de uma rivalidade predatória entre nós? Até que ponto nos permitiremos chegar, em nome dos nossos medos fabricados? No Rio de Janeiro, a insegurança se impõe como um projeto de poder.

Diante do medo, de ameaças difusas e do pânico estruturado, garantias e direitos se flexibilizam, distorções e aberrações encontram espaço. Quanto maior o medo, menor a coesão social, maior a desconfiança no outro, em especial o outro pobre, que mora na favela, que é jovem e negro.

O acirramento de ideias de cunho fascista e de um sistema altamente excluyente no país, sendo implementado por políticas públicas, se reflete de forma contundente na vida da população mais vulnerável e no único equipamento público, minimamente estruturado, a que tem acesso – a Escola.

O discurso oficial aponta para o magistério e o chama de inimigo. Aponta para os estudantes e os chama de menores. Aponta para seus familiares e vizinhos e os chama de suspeitos.

Em nome de oferecer à sociedade fluminense, e em especial a carioca, uma “sensação de segurança”, as operações policiais de repressão ao movimento do tráfico de drogas nas favelas, e no seu entorno, colocam profissionais da Educação, estudantes de todas as idades, responsáveis e moradores na linha de tiro, à mercê de balas que voam e ricocheteiam, por todos os lados, de forma aleatória e atordoante. Há anos é assim.



Com o novo governo, porém, assume-se como único protocolo o terrorismo de estado, a política bélica de confronto genocida, e naturaliza-se a barbárie, o “abatimento” dos corpos daqueles que são “os outros”, invisibilizados, desumanizados.

A quantas infâncias continuaremos negando proteção? O que é crescer em meio a tiroteios constantes, que interrompem as aulas e obrigam todos a se proteger num corredor espremido, num confinamento espacial que é a expressão do confinamento social dessa cidade partida?



Que tipo de sequelas essa violência provoca na vida, no bem-estar e na saúde desses profissionais, dessas crianças e adolescentes cuja história de vida é tão difícil quanto negligenciável?

Na porta da escola, o caveirão. No céu da escola, o helicóptero. No caminho da escola, as barricadas. A política de segurança tutela a mobilidade e a sabota. E rompe com a sua missão de proteger TODAS as crianças, jovens, adultos e idosos, pois abre mão de uma grande parte deles e os transforma em possíveis, prováveis e inevitáveis efeitos colaterais. Que falta faz sentir a dor do outro?

Nem por isso o tráfico é debelado e o medo da sociedade diminui. A insegurança enquanto projeto de poder e instrumento de dominação se mantém, alimentando supostas e falsas garantias em troca da liberdade de todos e da vida de muitos. “Quanto mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, disse Marielle. Até quando a sociedade vai assistir, omissa, o direito à dignidade e à vida serem negados enquanto política pública?

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: VEJA O QUE O GOVERNO TIROU DO SEU FUTURO

O CONGRESSO NACIONAL PROMULGOU A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC) Nº 103/2019 DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (PSL), QUE ALTERA O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, RESTRINGINDO O ACESSO, REDUZINDO O VALOR DOS BENEFÍCIOS E AUMENTANDO O VALOR DAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÕES.

Com a promulgação, em 12 de novembro, os trabalhadores e trabalhadoras que entrarem no mercado de trabalho só poderão se aposentar com idades de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens), com tempo mínimo de contribuição de 15 anos (mulheres), 20 anos (homens) e 25 anos para servidores de ambos os sexos. Professores (vejam matéria abaixo), policiais e profissionais expostos a agentes nocivos (como quem trabalha na mineração) têm regras diferentes.

Quem já está no mercado de trabalho poderá escolher uma das regras de transição criadas pela PEC. Durante esse período, o tempo mínimo de contribuição permanece em 15 anos para homens e mulheres.

Mas o trabalhador e a trabalhadora precisam ficar atentos porque essas

regras de transição podem permitir, na prática, a aposentadoria antes das idades mínimas obrigatórias estabelecidas pela reforma, mas o valor do benefício será menor.

A PEC também criou novas alíquotas de contribuição – trabalhador vai pagar mais e receber menos –, e modificou o cálculo para reduzir o valor da aposentadoria – ao invés de excluir 20% das menores contribuições como é hoje, o cálculo levará em consideração a média de todos os salários, inclusive os mais baixos recebidos, em geral, no início da carreira.

O valor da aposentadoria a ser pago começa em 60% da média geral, a partir dos 15 anos de contribuição e sobe 2% a cada ano contribuído. Essa regra vale para homens e mulheres que já estão no mercado de trabalho.

Os homens que ainda não estão trabalhando ou nunca contribuíram com o INSS receberão os 60% da média geral somente após 20 anos de contribuição. Para as mulheres a regra não muda. O tempo mínimo de contribuição para se aposentar continua o mesmo: 15 anos.

DUAS REGRAS VALERÃO APENAS PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2020:

1) as novas alíquotas de contribuição, que começarão a ser aplicadas sobre o salário de março, que em geral é pago em abril; e,

2) a cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos, que passará dos atuais 15% para 20% - este tributo se destina, integralmente, ao financiamento da seguridade social, inclusive a Previdência. A alíquota de 20% para os bancos vigorou entre 2016 e 2018.

A extinção das regras de transição das reformas anteriores, determinadas pela PEC 6/2019, também só ocorrerão em março.

NOVAS ALÍQUOTAS

A PEC 6/2019 criou alíquotas de contribuição progressivas tanto para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que reúne os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende os servidores da União.

Hoje, há três percentuais de contribuição para o INSS de acordo com a renda do trabalhador da iniciativa privada: 8%, 9% e 11% (o cálculo é feito sobre todo o salário).

Com a reforma da Previdência, esses percentuais vão variar de 7,5% a 14%. O cálculo será feito sobre cada faixa de salário.

Como a incidência da contribuição será por faixas de renda, será necessário calcular caso a caso para ver quem vai pagar mais ou menos. O governo disponibilizou

uma calculadora de contribuição na página da Previdência Social na internet onde é possível verificar a alíquota efetiva e comparar os descontos antes e depois da reforma.

Por exemplo, a alíquota de contribuição para quem ganha R\$ 2.000,00 é 9% ou R\$ 180,00. Com a tributação por faixas, a alíquota efetiva será de 8,25%, equivalente a R\$ 165,03. Já quem recebe R\$ 2.800,00 vai recolher mais para a Previdência. A alíquota subirá de 9% para 9,32%. A contribuição sobe, neste caso, de R\$ 252,00 para R\$ 261,03.

MUDANÇAS NO SENADO

Os parlamentares derrubaram do texto enviado pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL) alterações nas regras de pagamento do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Isso significa que valem as regras atuais.

Outra mudança que o governo queria fazer, derrubada na forma de destaque apresentado pelo PT, aprovado por unanimidade, regulamenta quais atividades devem ser enquadradas como perigosas, o que deve diminuir a insegurança jurídica e a briga na Justiça por esse direito.

Também foi eliminada a possibilidade de que a pensão por morte seja inferior a um salário mínimo, outra proposta do governo.

FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/ PUBLICADO EM 12.11.2019



O Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 103/2019 do governo de Jair Bolsonaro (PSL), que altera o sistema de Previdência Social, restringindo o acesso e, reduzindo o valor dos benefícios

O QUE MUDA PARA A APOSENTADORIA E PENSÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PRIVADA DE ENSINO?

A APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ACABOU. ELA SE DAVA COM 25 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A MULHER E 30, PARA O HOMEM (INDEPENDENTE DA IDADE, USANDO-SE O FATOR PREVIDENCIÁRIO) OU QUANDO A SOMA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO + IDADE RESULTASSE EM 81 PONTOS PARA A MULHER E 91, PARA O HOMEM (COM SALÁRIO DE BENEFÍCIO INTEGRAL CALCULADO PELA MÉDIA DOS 80% MAIORES SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO).

Agora, exige-se a idade mínima de 57 anos para a professora e 60, para o professor, com o mínimo de 25 anos de contribuição exclusiva na Educação Básica para ambos.

O cálculo da média das contribuições faz parte de uma regra geral que passa a incluir TODOS os salários de contribuição, o que, por si só, já provoca um rebaixamento no valor da aposentadoria. Contudo, nesta regra geral, são pagos apenas 60% dessa média já rebaixada aos homens que têm 20 anos de contribuição, e às mulheres que contribuíram por 15 anos, acrescentando-se 2% por cada ano a mais de contribuição, até se chegar a 100% da média.

No caso das professoras e professores, o mínimo exigido de 25 anos de contribuição dá-lhes o direito a

receber apenas 70% da média de todos os seus salários, se homens, e 80%, se mulheres. Para receber 100% da média, serão necessários 35 anos de contribuição para a professora e 40 anos, para o professor. O Piso se mantém em 1 salário mínimo.

CONFIRA AS REGRAS DE TRANSIÇÃO:

Para os/as docentes da Educação Básica que já estão trabalhando, será possível optar por uma das regras de transição, a seguir.

1 PRIMEIRA REGRA: POR PONTOS (SOMA DA IDADE COM O NÚMERO DE ANOS DE CONTRIBUIÇÃO)

- Professora: fator 81, com o mínimo de 25 anos de contribuição. A partir deste tempo mínimo, soma-se a idade para se chegar ao fator. Se o tempo contribuído for de 26 anos, por exemplo, a idade mínima necessária será de 55 anos;

- Professor: fator 91, com o mínimo de 30 anos de contribuição. A partir deste tempo mínimo, soma-se a idade para se chegar ao fator. Se o tempo contribuído for de 31 anos, por exemplo, a idade mínima necessária será de 60 anos.

- Observação: A partir de 1º de janeiro de 2020, será acrescido 1 ponto a cada ano, até atingir o limite de 92 pontos, para a professora, e 100 pontos, para o professor. O valor da aposentadoria é calculado pela regra geral (60% + 2% a.a.).

2 SEGUNDA REGRA: POR IDADE

- Professora: 51 anos de idade e 25 anos de contribuição;- Professor: 56 anos de idade e 30 anos de contribuição;

- Observação: A partir de 1º de janeiro de 2020, a idade será acrescida de 6 meses, a cada ano, até atingir 57 anos, para a professora, e 60 anos, para o professor. O valor da aposentadoria é calculado pela regra geral (60% + 2% a.a.).

3 TERCEIRA REGRA: PEDÁGIO DE 100%

Professora – 52 anos de idade, cumprindo pedágio de 100% do tempo que faltar para completar 25 anos de contribuição, na data de promulgação da emenda.

Professor – 55 anos de idade, cumprindo pedágio de 100% do tempo que faltar para completar 30 anos de contribuição, na data de promulgação da emenda.

O valor da aposentadoria é de 100% da média dos salários de contribuição, sem o percentual de redução da regra geral.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

AS NOVAS REGRAS QUE RESTRIGEM DIREITOS E PUNEM O TRABALHADOR

APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

A nova regra pune o trabalhador que, por algum motivo, ficar incapacitado para o trabalho. Na aposentadoria por incapacidade permanente, só as doenças e acidentes ligados ao trabalho garantirão a média integral de todos os salários, no cálculo do benefício.

Nos outros casos, o trabalhador receberá segundo a fórmula geral de 60% mais 2% por cada ano que exceder a 20 anos de contribuição, se homem, e a 15, se mulher, mesmo nos casos de doença grave e paralisia permanente que implicam em despesas extras e pesadas. Antes, o trabalhador recebia 100% do salário de benefício, nesta modalidade de aposentadoria, independente do tempo de contribuição, pelo Regime Geral.

PENSÃO POR MORTE:

Apesar do texto original em contrário, foi mantida a garantia de um salário mínimo como menor valor do benefício de pensões do RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Ainda assim, a pensão por morte sofreu drástica redução. O cálculo passa a ser feito sobre o valor total do benefício do aposentado falecido ou, no caso de morte de trabalhador da ativa, sobre o valor que este teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente no dia de sua morte, seguindo as NOVAS REGRAS DESSA MODALIDADE (regra geral: 60% + 2% a.a.).

A pensão, porém, não mais corresponderá



A NOVA REGRA PUNE O TRABALHADOR QUE, POR ALGUM MOTIVO, FICAR INCAPACITADO PARA O TRABALHO.

a 100% desse cálculo, já rebaixado, a que o segurado morto fazia jus. A partir dele, serão calculados 50% como base + 10% por cada dependente para se chegar ao valor final da pensão!!! Apenas se o óbito ocorrer em função de acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho, o cálculo é feito pela média de todos os salários, sem o percentual redutor da regra geral, para, posteriormente, serem tirados os percentuais por dependente!

Para que a pensão alcance 100% do benefício a que o segurado morto fazia jus, serão necessários 5 dependentes. Na medida em que cada dependente completar a maioria, sua quota, ao contrário do que acontecia, não vai mais para os demais – ela desaparece. Um cônjuge, sozinho, tem direito a apenas 60% do benefício que o segurado fazia jus.

A pensão será de 100% da aposentadoria, no caso de dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, até o teto máximo do RGPS, que hoje é de R\$ 5.839,45.

ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS:

Somente será admitida a acumulação de duas pensões por morte se o segurado morto mantivesse dois contratos com o serviço público ou se o segurado morto fosse também filiado do RGPS, dele fazendo jus à aposentadoria.

No caso de acumulação de duas pensões por morte ou de uma delas com aposentadoria, o beneficiário perdeu o direito a recebê-las na sua integralidade. Agora, terá direito ao benefício integral mais vantajoso e apenas a uma parte do outro, na seguinte proporção:

- 60% do valor que exceder a 1 salário mínimo, até o limite de 2 salários mínimos;
- 40% do valor que exceder a 2 salários mínimos, até o limite de 3 salários mínimos;
- 20% do valor que exceder a 3 salários mínimos, até o limite de 4 salários mínimos; e
- 10% do valor que exceder a 4 salários mínimos.

ESTÁ EM TRAMITAÇÃO A PEC PARALELA (PEC 133), QUE DEVE ALTERAR ALGUNS ARTIGOS, ENTRE ELES:

- **O valor da aposentadoria por incapacidade:** pode passar a ser integral (100% da média, sem o percentual redutor da regra geral – 60% + 2% a.a.) em caso de incapacidade que gere deficiência ou por doença neurodegenerativa. No caso de aposentadoria resultante de acidente, o patamar de partida do percentual redutor da regra geral pode passar a ser de 70%, e não 60%.
- **Pensão por morte:** a cota por dependente com até 18 anos pode ficar em 20%, e não em 10% do valor de referência do benefício, como previsto na Emenda Constitucional.
- **Acúmulo de pensões:** pode passar a ser permitida a acumulação de benefícios, em qualquer valor, quando houver dependente com deficiência intelectual, mental ou grave.

Fontes: Nota Técnica nº 214 do DIEESE; Perguntas e Respostas sobre a "Deforma" da Previdência - por José Geraldo de Santana Oliveira, consultor jurídico da CONTEE

BIENAL DO LIVRO: PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA DO SINPRO-RIO

Quando se pensa em livros e cultura no Brasil de hoje, parece que se está num ponto fora da curva. Numa realidade perversa diante das recentes investidas políticas e oficiais sobre o mundo do trabalho, com claros objetivos de retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, o Sinpro-Rio toma a iniciativa de se contrapor a essa perspectiva de desmonte, que inclui as nossas próprias formas de organização, os sindicatos, apostando na participação na Bienal do Livro - 2019.

Frente a isso, o nosso Sindicato, em nome da defesa da Educação, enquanto princípio, e da sua identidade diante dos professores, não regateou esforços, inclusive custos, para construir um belo painel na Bienal do Livro - 2019. Por meio



da montagem de um stand com o nome “Espaço de Educação Paulo Freire” garantiu-se a nossa presença, valorizando a leitura como instrumento de resistência e luta.

Nesta participação, promovemos a realização de várias oficinas, palestras, contação de histórias e rodas de conversas. Na ocasião, também oportunizamos a divulgação de livros de professores/as, com a exposição de exemplares e debates entre autores/as e o público presente, constituído, principalmente, por outros docentes e muitos alunos. A troca de experiências, ressaltando os problemas sociais, gerais e específicos, que atingem a categoria foi enriquecedora. Além disso, o evento possibilitou a realização de uma pesquisa sobre o perfil da categoria e de suas necessidades, para construirmos, juntos, uma agenda de transformação das condições de trabalho no setor educacional, especialmente nas instituições privadas de ensino.

15 DE OUTUBRO NO SINPRO-RIO: AOS MESTRES COM CARINHO

Dentro dos festejos do Dia do Mestre, o Sinpro-Rio comemorou a data com homenagens a três professores e uma professora que marcaram suas carreiras profissionais e de militância sindicalista com dignidade. Homenageados: Isabel de Oliveira Nascimento, Afonso Maria Silva Furtado, José Luiz Correa Vieira e José Ricardo Andrade Ferreira.

O evento contou, na mesa, com a diretora do Sinpro-Rio, Adalgisa Burity da Silva, e os diretores Antonio César Pereira e Hélio Maia. Os dois últimos apresentaram a cerimônia.

Para homenagear a professora Isabel de Oliveira Nascimento, a diretora do Sinpro-Rio, Ana Lú-



cia Guimarães, declamou a letra da música Coração de Estudante, de Milton Nascimento e Wagner Tiso. Na apresentação sobre o professor Afonso Maria Silva Furtado, o diretor do Sinpro-Rio, João Paulo Chaves, fez um relato

sobre a sua vida profissional e militância sindicalista. Emocionado com a homenagem, o professor José Luiz repudiou em sua fala a tentativa do governo atual de estrangular os sindicatos e ressaltou que em toda a sua vida, com mais

de 60 anos de atividade, nunca quis ter outra profissão – sempre a de professor.

Já o diretor do Sinpro-Rio, Antonio César Pereira, que apresentou José Luiz, lembrou a história de que no Japão, o único profissional que não precisa se curvar para o imperador é o professor e acrescentou: “Mas eu me curvo para o professor José Luiz Correa Vieira”.

O professor e diretor do Sinpro-Rio, Márcio Franco, ressaltou a convivência que teve com José Ricardo no sindicato, lembrando que este, como diretor de Educação e Cultura, foi o primeiro a encabeçar a Escola do Professor, destinada à formação extracurricular e política dos profissionais da categoria.

PROGRAMA VERDE AMARELO DE BOLSONARO É UMA AMPLA E TERRÍVEL REFORMA TRABALHISTA

MP VERDE E AMARELA REVOGA PELO MENOS 86 ITENS DA CLT E OS IMPACTOS NEGATIVOS PARA OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SÃO ENORMES.

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) está cumprindo o que prometeu: fazer uma Reforma Trabalhista ‘mais profunda’ do que a de Michel Temer (MDB), que gerou desemprego e informalidade. É disso que se trata a Medida Provisória (MP) nº 905/2019, chamada de Programa Verde e Amarelo.

A propaganda oficial foca na criação da Carteira Verde e Amarela e diz que o objetivo é gerar emprego para jovens de 18 a 29 anos, com salário máximo de um salário mínimo e meio (R\$ 1.497,00) e menos direitos, como por exemplo, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) menor, para estimular o empresariado a gerar novos postos de trabalho.

Em troca, os empresários terão uma redução de 34% no total de impostos que pagam. O rombo nos cofres públicos com esta desoneração é de R\$ 10 bilhões.

O GOVERNO INCLUIU NA MP ITENS QUE JÁ FORAM VETADOS PELO CONGRESSO NACIONAL EM OUTRAS MPS EDITADAS ESTE ANO, COMO É O CASO DA LIBERAÇÃO DO TRABALHO AOS DOMINGOS DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA E DOS BANCÁRIOS AOS SÁBADOS.

Essa proposta era um dos itens do primeiro ataque do governo aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Na chamada MP da Liberdade Econômica, que se tratava, na verdade, de uma minireforma trabalhista que alterava vários pontos da CLT, entre eles o fim do pagamento de horas extras.



CONFIRA OS PIORES ITENS DA MP VERDE E AMARELA:

JOVENS: GANHAM CARTEIRA PRECARIZADORA E MUITOS OUTROS ATAQUES

Ao mesmo tempo em que prevê a geração de emprego precário para os jovens, o Programa Verde e Amarelo, que cria a carteira “Verde Amarela”, beneficia os empresários com uma redução de 34% nos encargos e prejudica os trabalhadores desempregados com taxa-ção para o INSS. O governo reduz os impostos dos patrões e os desempregados pagam a conta.

A MP LIBERA O TRABALHO AOS DOMINGOS PARA O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA

Os trabalhadores do comércio poderão descansar um domingo por mês.

Os da indústria descansarão um domingo por um mês e meio.

As empresas poderão usar a compensação em dia de semana, o que equivale para este efeito ao descanso semanal remunerado.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A MP de Bolsonaro libera as empresas a fecharem acordos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com uma comissão de empregados sem a participação de sindicatos, ao contrário do que determina a lei atualmente.

REDUÇÃO DOS JUROS REFERENTES A CONDENAÇÕES TRABALHISTAS

A MP altera o índice de rea-

juste dos débitos trabalhistas que será com base no IPCA-E mais juros da poupança (em torno de 4,5% em 2018), o que pode estimular as empresas a apresentar recursos para adiar os pagamentos. Isto porque, o cálculo da Justiça do Trabalho era feito com base no IPCA-E e juros de 12% ao ano.

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

A MP permite o escalonamento como referência para punições aplicadas nos Termo de Ajuste de Conduta (TACs) firmados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com empresas investigadas. Hoje, não existem limites para os valores.



AGENDA DO/A PROFESSOR/A 2020: HOMENAGEM A PAULO FREIRE

Professores e professoras filiados ao Sinpro-Rio terão oportunidade de conhecer melhor a obra do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, com a agenda publicada para o ano de 2020. Ao abordar a trajetória do grande educador, a diretoria do Sindicato afirma na apresentação da agenda, em sua 26ª edição: "Na perspectiva de garantir direitos e impedir retrocessos, Paulo Freire nos inspira à luta. Sua agenda é mais uma ferramenta para isto".

Com frases e análises sobre o pensamento de Paulo Freire, cada mês do ano foi pontuado com um tema: Esperança, Planejamento, Mulher, Reflexão Crítica, Resistência e Luta, Meio Ambiente, Conhecimento, Autonomia, Liberdade, Dignidade, Consciência Negra e Solidariedade.

A educadora Nita Freire, viúva de Paulo Freire, convidada do Sinpro-Rio na Bienal Internacional do Livro, em setembro, agradeceu as homenagens ao marido. Nita Freire afirmou que o Sinpro-Rio trabalha pelo engrandecimento da obra e da pessoa de Paulo Freire.

COMISSÃO DE MULHERES DO SINPRO-RIO: SEMINÁRIO SOBRE OS DESAFIOS DO COTIDIANO ESCOLAR



A comissão de mulheres do Sinpro-Rio realizou, em 19 de outubro, o Seminário "De professoras para professoras: Reflexões para o enfrentamento aos desafios do cotidiano escolar".

Na sua abertura, a diretora do Sinpro-Rio, Zezé Lourenço, saudou as pessoas presentes, reafirmando que o sindicato é a casa da construção da luta da categoria que, por ser eminentemente feminina, precisa ter garantido um espaço de discussão das questões específicas enfrentadas pelas professoras que atuam nas escolas privadas.

Marina Vasques, também diretora do sindicato, leu o texto "Vida de Professor", de Madalena Freire, para iniciar os debates. A diretora Newvone Costa foi a mediadora da mesa que discutiu os desafios e lutas da mulher, na sociedade e na Educação, e relatou sua experiência como diretora de uma unidade prisional masculina, com 600 homens.

Já a diretora Vânia Bretas falou sobre a conjuntura e a mulher na sociedade atual, a necessidade de se construir um espírito de sororidade e dororidade, pautado num feminismo ideológico inclusivo, atento aos diversos recortes de opressão vividos pela mulher, como o racismo.

Virgínia Louzada, professora da Uerj e que atuou muitos anos na Educação Básica, falou das diversas formas de violência cotidiana contra a mulher, tanto

física quanto simbólica, estrutural e institucional.

As professoras Marcelina França (Faetec) e Rita de Cássia Gomes (UFRJ) abordaram o tema "Inclusão no ambiente escolar: vamos falar sobre isso?", mediadas pelas professoras e diretoras Ana Lúcia Guimarães e Vânia Bretas.

Marcelina França contou um pouco de sua experiência pessoal, em especial do tempo em que atuou com alfabetização de crianças em situação de risco social. Ela defendeu que a Educação já é um processo, em si, inclusivo e falou sobre os paradigmas do processo de inclusão nas escolas e sobre a legislação do atendimento educacional especializado, dentro da perspectiva de uma Educação Inclusiva.

Rita de Cássia Gomes apresentou conceitos sobre deficiência e ressaltou como positiva e necessária a mudança na forma de educar pessoas com deficiência. Na visão dela, "a abertura e a aceitação das pessoas com deficiência é uma aceitação para nós mesmos/as, no futuro."

Do encontro, saíram encaminhamentos de ações para a construção, por parte do sindicato, de processos voltados para a formação em Educação Especial e para a elaboração de formulações que amparem os/as docentes que atendem estudantes com deficiência em turmas regulares, na luta para que esse trabalho seja feito com qualidade, profissionalismo e condições dignas.



Campanha Salarial

CATEGORIA MANTEVE SEUS DIREITOS E CONQUISTAS HISTÓRICAS

QUANDO SE TENTA FAZER UM RETROSPECTO DA NOSSA CAMPANHA SALARIAL DESTA ANO, NÃO HÁ COMO NÃO NOS REPORTARMOS À CONJUNTURA EM QUE ELA SE DEU.

Vivemos tempos adversos para a classe trabalhadora e, por extensão, para todos nós professores, surpreendidos que fomos pelas ações oficiais de desmonte da educação.

Os cortes das verbas destinadas às instituições educacionais públicas, aliados às investidas oficiais contra o bom senso, que incluem a criminalização do próprio magistério, representaram a “gota d’água” para uma contundente resposta que nós professores soubemos dar nas ruas; assumindo, como princípio, a defesa do nosso compromisso com a democracia, o estado de direito e o processo de transformação social em nosso país.

Uma luta que não se esgotou, pois ainda hoje a sociedade brasileira está sendo surpreendida com as práticas políticas oficiais de censura e contra a liberdade de expressão.

Todavia, mesmo diante de todas

essas adversidades, os professores souberam muito bem separar o joio do trigo, desenvolvendo uma Campanha na qual o produto final, inegavelmente, ainda deve ser creditado a seu favor. Pois, tanto na Educação Básica quanto na Superior, a força do nosso sindicato – em sintonia com a categoria – nos permitiu a construção de um ambiente político que garantiu, minimamente, fechar todos os Acordos isolados que temos – como os cursos de línguas, por exemplo – e as respectivas Convenções Coletivas de Trabalho na sua integralidade, com recuperação das perdas salariais com base no INPC.

COM ISSO, A CATEGORIA MANTEVE SEUS DIREITOS E CONQUISTAS HISTÓRICAS, ONDE SE PODE DESTACAR CLÁUSULAS IMPORTANTES, COMO TRIÊNIOS E GRATUIDADE PARA OS FILHOS DE PROFESSORES.

Não custa repetir que principalmente neste momento por que passa a classe trabalhadora, a manutenção de direitos, que estão sempre sobre a mira conservadora, se revela como fundamental até para que se possa ter uma melhor leitura de uma conjuntura, onde

parece estarmos enredados, na qual, a cada dia, a avidez do governo em retirar direitos dos trabalhadores parece não ter fim.

Agora mesmo, existe no ar uma proposta de Emenda Constitucional – PEC – que pretende dar nova redação ao Art. 8º da Constituição Federal. Se não bastasse a Reforma Trabalhista que nos foi imposta, com viés nitidamente em favor dos patrões, tentam agora no bojo do momento que lhes é favorável, acabar de vez com as formas de organização sindical no país. São propostas antidemocráticas e oportunistas, que vêm “de cima”, sem que a classe trabalhadora, a mais atingida, seja sequer ouvida.

Portanto, companheiros e companheiras, novos desafios estão nos sendo impostos. Desafios que devem ser enfrentados mesmo diante do delicado momento político por que atravessa toda a sociedade brasileira, onde pontificam a retirada de direitos em nome da empregabilidade. O ataque frontal às entidades de organização dos trabalhadores certamente faz parte desse processo.

Agora é a hora de uma chamada à luta solidária e de classe, em defesa dos nossos direitos – o que inclui a defesa do nosso sindicato, principalmente enquanto instrumento dessa luta.

SEMINÁRIO A EAD NA REALIDADE BRASILEIRA

O Sinpro-Rio realizou nos dias 04 e 05 de outubro o seminário “A EAD na Realidade Brasileira”, com tópicos sobre financeirização na Educação e precarização das leis do trabalho. Participaram do evento como moderadores e palestrantes os diretores do Sinpro-Rio Gerson Seabra, Wladimir Cerveira e a diretora Ana Lúcia Guimarães. Presentes os professores Carlos Alberto Bielschowsky, UFRJ, e Sydney Cincotto Jr, PUC – SP.

SINPRO-RIO PARTICIPA DO CONGRESSO DA CUT

Diretores do Sinpro-Rio participaram do 13º Concut - Congresso Nacional da CUT “Lula Livre” – Sindicatos Fortes, Direitos, Soberania e Democracia, entre os dias 07 e 10 de outubro, em Praia Grande, litoral paulista. Foram quatro dias de intensos debates acerca dos desafios da classe trabalhadora

Fonte: site da CUT Nacional

JURÍDICO EM AÇÃO

Atualizando as informações jurídicas publicadas na edição anterior do nosso jornal, informamos que foram ajuizadas novas ações coletivas:

- Nova ação de cobrança do FGTS da Simonsen, uma vez que já temos outra com o mesmo objeto em fase de execução.
- Cobrança de pagamento correto do piso salarial da UniCBE.
- Audiências agendadas para cobrança de abono salarial devido pela FGV.
- Ação contra a FEUC, cobrando aplicação do plano de carreira docente e pagamento de diferenças salariais e seus reflexos no 13º salário, férias e FGTS.
- Também sobre a FEUC: está em fase de execução a cobrança das diferenças do FGTS e dano moral coletivo.

ESCOLA DO PROFESSOR: FORMAÇÃO EXTRACURRICULAR E POLÍTICA DOS PROFISSIONAIS DA CATEGORIA.

EM 2019, A ESCOLA DO PROFESSOR PLANEJOU 35 ATIVIDADES DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E POLÍTICA, ATRAVÉS DE OFICINAS, CURSOS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, AÇÕES CULTURAIS, ENTRE OUTRAS.

Até o mês de outubro, tivemos um fluxo de 1000 pessoas participantes e ainda teremos quatro oficinas a serem realizadas até o final de novembro. Vale dizer que as vagas estão preenchidas.

Os Cursos de Línguas Estrangeiras, neste 2º semestre, tiveram um desconto especial para a terceira idade e isso resultou em um crescimento de matrículas neste período. Em outubro, foi realizado, na sede Centro, o evento “Passeando através das Línguas Estrangeiras” com o intuito de apresentar manifestações culturais dos países cujos idiomas foram estudados na Escola do Professor. O encerramento do evento se deu com a apresentação dos estudantes do Curso de Línguas recitando poesia em alemão, dançando um belo Tango e entoando muitos cantos em italiano, francês e inglês.

Ainda teremos a tradicional festa do Curso de Francês, em dezembro, com uma grande apresentação do espetáculo teatral “ET... Maintenant...- O que vocês fariam se, de repente, uma família do século XIX viesse passar uns dias em sua casa?” Todos estão convidados/as! Será no dia 13 de dezembro, quinta-feira, às 14h.

Na formação política, em parceria com o

ELAHP (Escola Latino-americana de História e Política), realizamos, no 1º semestre, o curso “História Social do Trabalho no Brasil”, e no 2º semestre, o curso de extensão Desigualdades – classe, raça, gênero, sexualidade e geração. Outra parceria celebrada foi com o LPP/UERJ (Laboratório de Políticas Públicas), com o curso de extensão sobre o Brasil Contemporâneo. Em 2020, iniciaremos uma nova parceria com a UFRJ/GEPEAR (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista), com o curso de extensão em Educação Antirracista.

A Escola do Professor, junto com a Comissão de Mulheres do Sinpro- Rio, realizou o seminário “De Professoras para Professoras” cujo objetivo foi discutir e contextualizar os principais problemas vividos pelas professoras no cotidiano e redimensioná-los na perspectiva de uma ação agregadora e coletiva de enfrentamentos e transformação da sociedade.

Vale ressaltar que a Escola do Professor esteve envolvida na programação da XIX Bienal/2019 que aconteceu de 30/08 a 08/09, no Riocentro.

Equipe da Escola do Professor



EXIJA A HOMOLOGAÇÃO NO SINDICATO

ASSOCIE-SE AO
SINPRO-RIO E
FORTELEÇA A LUTA DE
TODA A CATEGORIA

*O Sinpro-Rio lhe oferece estas poesias
para lhe desejar um
2020 repleto de lutas e conquistas*



SinproRio

Sindicato dos Professores do Município
do Rio de Janeiro e Região

*Para ganhar um Ano Novo
que mereça este nome,
você, meu caro, tem de merecê-lo,
tem de fazê-lo novo, eu sei que não é fácil,
mas tente, experimente, consciente.
É dentro de você que o Ano Novo
cochila e espera desde sempre*

Carlos Drummond de Andrade

*Sei que nada será como está, amanhã ou depois de amanhã
Resistindo na boca da noite um gosto de sol*

Milton Nascimento / Ronaldo Bastos

*A verdadeira arte de viajar...
A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa,
Como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo.
Não importa que os compromissos, as obrigações, estejam ali...
Chegamos de muito longe, de alma aberta e o coração cantando!*

Mario Quintana

*Guarda num velho baú seus instrumentos de trabalho
1 abridor de amanhecer
1 prego que farfalha
1 encolhedor de rios
1 esticador de horizontes*

Manoel de Barros

*E a vida vai tecendo laços
Quase impossíveis de romper:
Tudo que amamos são pedaços
Vivos do nosso próprio ser*

Manuel Bandeira

*Porque eu só preciso de pés livres, de mãos
dadas, e de olhos bem abertos*

Guimarães Rosa

